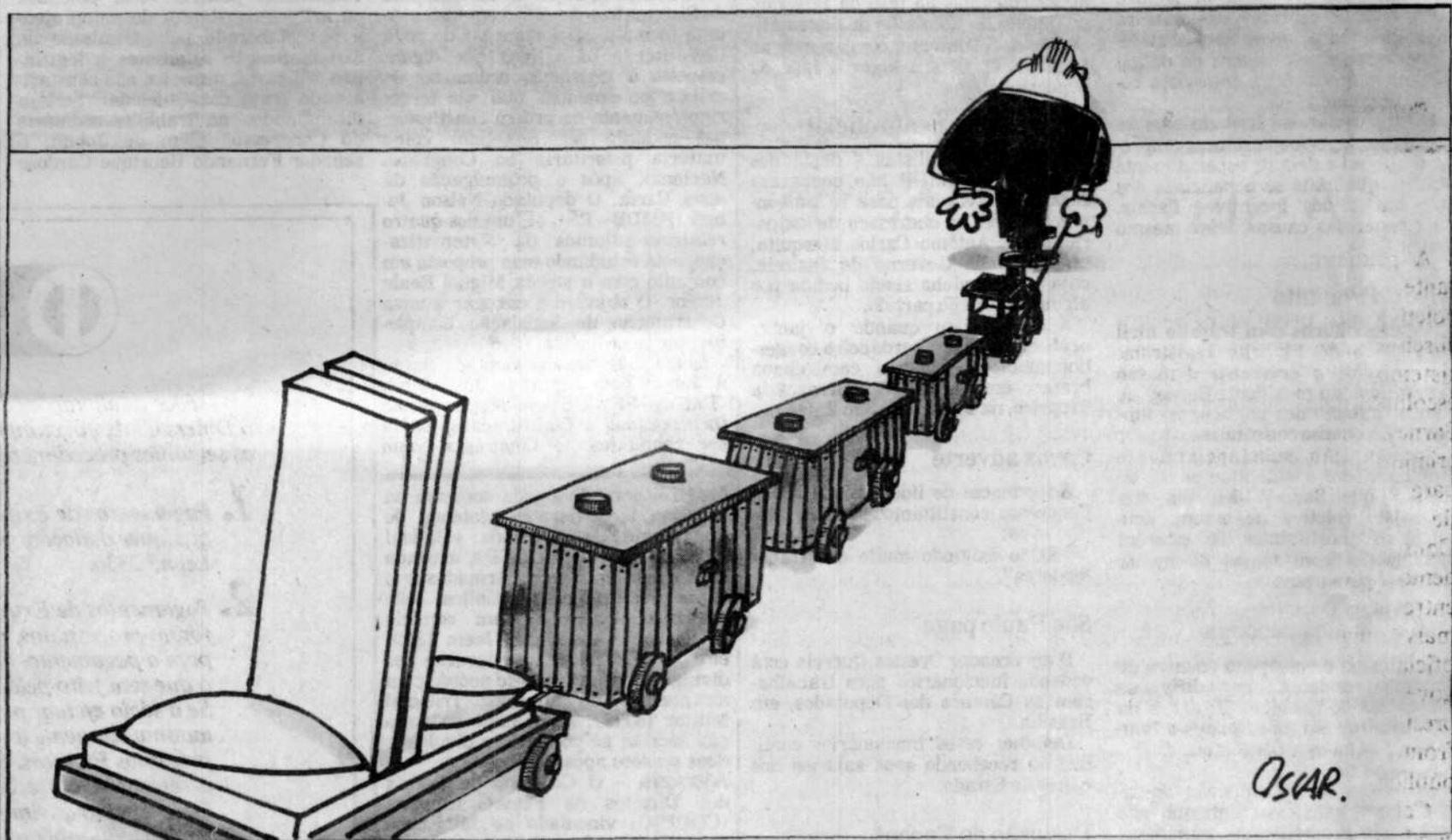


Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo



Oscar.

Constituição e eleição

FLORESTAN FERNANDES

Há quem diga que constitui um erro levantar já a questão das eleições. Estas viriam naturalmente, como uma consequência da conclusão do processo constituinte. No entanto, a forma de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, o êxito do governo em submetê-la à sua vontade, as oscilações que resultaram da perda da confiança da maioria da nação na própria ANC forjaram uma situação histórica desafiadora. A única coisa certa, aos olhos da maioria, consiste em que a "transição lenta, gradual e segura" (ou a "transição democrática", como prefere a composição no poder) cresce como uma hidra, confundindo cada vez mais a "nova" República com a ditadura militar. O que gera um temor generalizado de que a "nova" República busca apenas duas coisas da ANC. Primeiro, a sua legitimação; segundo, a sua continuidade. Esse seria outro golpe branco, pelo qual, com a Constituição novinha em folha, a composição no poder "renderia a nação", seja através de um presidencialismo à brasileira (?), seja por meio de um parlamentarismo do mesmo tipo...

A realidade é que a ANC foi atropelada pelos fatos. Ninguém se coloca contra ela e contra o processo constituinte. Ela própria curvou-se demais a um presidente desacreditado e a um governo de opereta. Ela própria absorveu os vícios do antigo Parlamento e não soube condenar e punir o fisiologismo escancarado, que vem em maré montante desde a ditadura. Ela própria rendeu-se ao politicismo barato e ao clientelismo tradicional. Por sorte, não foi toda a ANC. Porém, as coisas se passaram em escala suficiente para suscitar um amargo ressentimento no seio das camadas e das categorias sociais que depositavam maiores esperanças na redenção do Brasil, graças a uma Constituição autenticamente demo-

crática e à conquista de um novo ponto de partida histórico, totalmente divorciado das várias formas de República autocrática, que sucederam ao Segundo Império.

Duas citações esclarecem, através do que pensam constituintes representativos, aonde chegamos. A deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA), por exemplo, afirmou na tribuna: "Aí dos que cederam aos cargos públicos, porque amanhã vão ceder é seus votos". Em seguida, explicou que fora a Cuiabá, onde se realizou o comício em comemoração à posse de Dante de Oliveira na Prefeitura, "para dizer à nação que basta: transição depois da Constituinte é golpe; depois da Constituinte, não aceito o Sarney mais" ("Correio Braziliense", 05/06/87). Em discurso conciso e dramático, Luis Inacio Lula da Silva, líder do PT e presidente do partido, asseverou que, a depender da ANC, o povo brasileiro "poderá ter uma Constituição mais atrasada do que a de 1946". O deputado mais votado do Brasil convocou o presidente da ANC, Ulysses Guimarães, a retomar o combate democrático junto ao povo: "Seria importante que V. Excia. lesse alguns discursos que fez por essas capitais afora e saíssemos à rua para dizer, alto e bom som, mas sem rancor, ao presidente Sarney, que ele não pode continuar a ser presidente dele mesmo; que ele não pode ser presidente do Ministério dos Transportes; do Ministério do Exército; que nós precisamos de um presidente do povo" ("Jornal de Brasília", 05/06/87).

As transcrições não patenteiam apenas um estado de espírito. Indicam uma rotação política. Do PMDB ao PT erguem-se barricadas ao continuísmo. Ganha corpo e densidade a recusa de uma farsa, que foi longe demais e está durando e ameaçando durar mais do que a

nação aceita sofrer. Se o presidente tivesse cumprido o seu papel... Mas, ele não cumpriu nem poderia cumprir. No poder, fez a única coisa que sabia fazer: imitou seus antigos comandantes e aliados! Se a ANC tivesse tido a coragem de afirmar-se, em toda a plenitude, como um poder originário... Mas, ela não se afirmou nem sabia afirmar-se. Um Congresso que se deixou amoldar pela ditadura e carrega consigo o peso maldito da força eleitoral do "poder econômico", não poderia ser o ninho do condor. Ele foi o ventre de uma ANC heterogênea, que confunde o discurso democrático fantasioso com a prática democrática mirrada. Aos dois, ao Congresso anterior e à ANC, é possível aplicar-se, guardados os parâmetros históricos da situação brasileira, a análise nua e crua que Max Weber fez do Parlamento alemão pós-bismarckiano. O Parlamento não pare a democracia. Esta precisa nascer e crescer na sociedade civil, para moldar um Parlamento democrático.

Esse é o nosso drama. Os estratos dirigentes das classes dominantes possuem uma visão curta e rústica da democracia. Esta existe na medida em que seus particularismos e interesses de classes se imponham a toda a nação, através do Estado. Quando os chamamos de "conservadores" incorremos em um erro terminológico. O conservador possui uma concepção realista do mundo, do poder e do Estado. Ele precisa ver objetivamente o que pretende preservar, para selecionar as mudanças inevitáveis e colocá-las em prática, com vistas a manter o "status quo" e afastar do solo histórico as fendas que trazem atrás de si o cataclisma, a revolução social. Uma burguesia que teme a reforma agrária, que fomenta o crescimento demográfico e as migrações de milhões de miseráveis da terra, que é hipócrita até

diante do aborto e da autonomia da República democrática, seu instrumento de dominação ideológica e de hegemonia política, não é conservadora nem possui sêmen liberal. Encastelada no Estado e senhora da ANC, ela se enxerga como uma entidade absolutista e converte a Constituição em um retrato de si mesma, sem retoques, como se a Carta Magna fosse um papel de embrulho para empacotar as contradições do desenvolvimento capitalista desigual.

Os que não entram nesse circuito e não são bastante fortes para desencadear uma guerra civil, são compelidos a descobrir e a tentar outras saídas, com o objetivo de "acelerar a história". Não se opõem ao processo constituinte. Mas procuram ladeá-lo. A Constituição cai de categoria e os constituintes perdem prestígio. Contudo, refaz-se a esperança de que ela avance (ou não recue muito). E passa-se para o primeiro plano o esforço no sentido de impedir que ela se converta em fator de imobilismo ou de continuísmo. Nesse contexto, "diretas-já" significa concomitância entre a instauração da nova Carta com um processo eleitoral que retire das mãos dos governantes (e inclusive dos constituintes) a faculdade de usar a Constituição como fonte de legitimação de manobras restauradoras. No fundo, tenta-se mudar o contexto e os atores principais, para infundir a maior eficácia possível à Constituição nascente, apesar de suas distorções. E lega-se ao futuro as probabilidades de concretizar os "saltos históricos". O quadro é melancólico. Mas terá de ser esse, até que os de baixo se tornem os agentes reais da história.